



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**EZEQUIEL CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

**TITULO: ESCOLAS RURAIS: O ENSINO QUE NÃO ENSINA**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**NOVEMBRO-2011**

**EZEQUIEL CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

**ESCOLAS RURAIS: O ENSINO QUE NÃO ENSINA**

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da professora Vanuza Souza Silva.

**CAMPINA GRANDE – PB**

**NOVEMBRO-2011**

O48e Oliveira, Ezequiel Cavalcanti de.

Escolas rurais [manuscrito]: o ensino que não ensina /Ezequiel Cavalcanti de Oliveira. – 2011.

25 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Guarabira, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Vanuza Souza Silva, Departamento de História”.

1. Educação - Rural 2. Métodos de Ensino 3. Políticas Públicas 4. Ação Social I. Título.

21. ed. CDD 370

**EZEQUIEL CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

**ESCOLAS RURAIS: O ENSINO QUE NÃO ENSINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação **em licenciatura plena em história** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura em plena em história.

Aprovada em 18/ 11/ 2011

BANCA EXAMINADORA

*Vanuza Souza Silva*

**Prof.Ms. Vanuza Souza Silva - UEPB**  
**(Orientador)**

*Patricia Cristina Aragão*

**Prof.Dr. Patrícia Cristina Aragão - UEPB**  
**(1º Examinador)**

*Maria Giceuda N. Nascimento*

**Prof.Ms. Maria Giceuda Nascimento - UEPB**  
**(2º Examinador)**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que é a fonte de sabedoria e de inspiração para buscarmos todos os dias o sentido da nossa existência aqui na Terra.

Expresso também a minha imensa gratidão aos meus pais que me deram a vida, o dom mais precioso de todos, sem esquecer também do amor dedicado a mim.

Aos meus irmãos e a minha namorada por me incentivarem a continuar estudando, mesmo diante das dificuldades cotidianas, que em alguns momentos nos deixam temerosos sobre as nossas escolhas pessoais e profissionais.

A todos os meus amigos e em especial ao meu companheiro de turma Kellysson Alves Barbosa, por ter si mostrado um amigo para todas as horas. E também a todos os professores que me orientaram, me ensinaram e, sobretudo, me ajudaram. Eu dedico esta realização.

Muito obrigado mesmo!

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter zelado todos os dias os meus caminhos e ter me concedido sabedoria para nortear as minhas decisões e escolhas; por ter me proporcionado saúde e a possibilidade para a conclusão do tão sonhado curso superior.

Aos meus amados pais por me terem ensinado boas lições durante a vida e que sem o apoio destes não teria conseguido concluir tal curso. Também a todos os meus familiares que de uma forma ou de outra contribuíram para realização de tal sonho.

A todos os meus professores do Curso de História e também os do Ensino Fundamental e Médio, cujos ensinamentos contribuíram imensamente para minha formação acadêmica e escolar.

A todos os meus colegas de sala que durante os quatro anos em que convivemos, construímos uma relação de amizade que nos levou a sermos uma família. Essas pessoas foram especiais para mim, porém não posso deixar de citar o nosso grande amigo João Faustino Neto, esse ser que mostrou para todos que as dificuldades podem ser superadas. E também aos meus colegas que durante esse período foram meus parceiros de viagem da minha cidade Tenório até a de Campina Grande.

À minha orientadora, Vanuza Souza Silva, por ter aceitado orientar tal trabalho; a professora Maria Giceuda Nascimento e também a estimada professora Patrícia Cristina pelo seu exemplo de pessoa gentil e generosa para com aqueles que solicitam a sua ajuda. Gratidão.

A todos muito obrigado!

## **TITULO: ESCOLAS RURAIS: O ENSINO QUE NÃO ENSINA**

**Ezequiel Cavalcanti de Oliveira**

### **RESUMO**

No presente trabalho iremos fazer um breve levantamento histórico da educação rural no Brasil desde o período pindorama, onde a educação era ensinada no campo e para o campo, até os dias atuais, onde a mesma está passando por uma nova abordagem no plano pedagógico. Vamos discutir sobre a função da educação do campo, desde o império, passando pelo período que denominamos primeira república, e chegando aos dias atuais com a redemocratização dos anos 1980. Iremos discutir como o campo e a escola rural são marginalizados frente aos centros urbanos e qual a contribuição da escola para essa marginalização. Pontuaremos também quais mecanismos o Sistema Educacional Brasileiro desenvolveu ou está desenvolvendo para que o homem do campo permaneça nestas localidades, vivendo com conforto e dignidade. Vale ressaltar que a nossa análise não estará focada apenas no sistema educacional, mas também nos governos, ou seja, quais as infra-estruturas que estes disponibilizaram ao longo do tempo para o campo, para que os rurícolas pudessem permanecer no campo sem necessidade de procurar melhores condições de vida na cidade. Por fim discutiremos a diferença, a discrepância entre a escola do campo para a escola urbana, desde as estruturas físicas das unidades educacionais, passando pela formação do corpo docente, do desempenho em matérias básicas como Português e Matemática e tanto outros itens. Observamos que nestas últimas décadas os governos implantaram ou autorizaram alguns programas que facilitassem o aprendizado do aluno do campo, mas muitos desses programas não estão sendo utilizados ou por falta de uma qualificação dos docentes ou por interesses políticos. Com isso, mais uma vez o aluno do campo é prejudicado em seu processo de ensino-aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação. Campo. Rurícolas.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, *ESCOLAS RURAIS: O ENSINO QUE NÃO ENSINA*, nasceu das minhas inquietações acerca dessas instituições que mesmo com algumas melhorias, ainda continuam marginalizadas para muitas pessoas, inclusive para aquelas que residem, residiam ou tem parentes que habitam nestas localidades. No Brasil, infelizmente, a educação rural sempre ficou a margem, esquecida do poder público, e quando se tinha algum incentivo eram para servir de massa de manobra das elites e ao mesmo tempo para perpetuar estas no poder, tanto nas urbanas como também nas rurais.

A definição utilizada neste trabalho para aluno da área rural é a adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para esta instituição, a educação rural é definida como a educação de alunos que residem em áreas rurais. Operacionalmente isso quer dizer que o aluno rural é aquele matriculado em uma escola que se define como rural no censo educacional e também aquele matriculado em uma escola urbana, mas é transportado do meio rural. Quando no transcorrer do nosso trabalho mostrarmos como se encontra as escolas rurais ou do campo, estaremos nos referindo a todo e quaisquer forma de educação desenvolvida no campo, desde as instituições que se encontram nos assentamentos dos sem terra, as das comunidades quilombolas e tantas outras formas de ensino que se desenvolvem no meio rural.

Esse é um tema que ainda é pouco discutido nos meios acadêmicos e por isso mesmo se tem pouco material bibliográfico confiável que possa fundamentar tal pesquisa. Para a nossa fundamentação teórica nos utilizamos dos conceitos de Leite, de Baptista, de Alvara Maria Bof e de tantos outros, para que possamos com confiança apresentarmos uma perspectiva de como se encontra a grande maioria das escolas rurais de nosso país.

Nosso trabalho se deu a partir de uma pesquisa bibliográfica, onde através dessas leituras percebemos como se encontra a situação das escolas do meio rural no Brasil. E para complementar esta bibliografia visitamos algumas instituições de ensino no meio rural para confirmarmos nossos argumentos. No transcorrer do trabalho iremos mostrar as dificuldades por que passam as escolas rurais em desenvolver um ensino-aprendizagem que se adéque a realidade desses alunos.

## BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

Quando falamos no futuro do nosso Brasil sempre nos remetemos à educação como meio possível para se alcançar este desenvolvimento tão almejado e cobiçado. Porém, primeiro temos que discutirmos mecanismos para solucionar os problemas encontrados na Educação Brasileira. É de conhecimento de todos a defasagem que hoje está presente na nossa educação e em especial a pública, mas entre esta temos a educação rural que sempre foi deixada para o segundo plano como poderemos observar.

Falar de educação do campo no Brasil é voltar ao passado antes da chegada dos Portugueses, onde se desenvolvia o que podemos chamar de ‘método pindorama’. A educação neste período era ensinada no campo e para o campo, sendo a educação responsabilidade de todos. Sendo assim, a educação das crianças cabia a todos e era o que acontecia de forma natural e mútua. As ‘ações pedagógicas’ aconteciam toda hora, pois a escola era a própria vida. Fica claro que neste momento não se tinha ainda a utilização dos métodos escolares tradicionais como a presença do professor e material didático, como livros, cadernos, lápis, etc. Mas nem por isso neste momento deixou de existir o que denominamos de educação.

Podemos observar como se dava a educação indígena através do depoimento do indigenista Orlando Villas Boas que em entrevista a um programa de televisão, ele contou um fato que observou em uma aldeia Xavante, onde retrata bem as características educacionais entre os índios. Segundo ele, a mulher construía alguns potes de barro e assim que terminava, o filho que estava ao seu lado pegava o pote pronto e quebrava. Imediatamente ela iniciava outro. Quando terminava, a criança repetia o mesmo ato. Ela construiu o pote de sete a oito vezes e a criança quebrando. Orlando não se conteve e se aproximou da índia Xavante e perguntou por que ela deixava o menino destruir o trabalho que ela havia acabado de terminar. A mulher índia respondeu: "*Porque ele quer.*"

Podemos também obter algumas noções de como se dava a educação entre os índios na série Xingu, produzida pela extinta Rede Manchete de Televisão. Neste seriado podemos ver crianças indígenas subindo nas estruturas de madeira das construções das ocas, em uma altura inconcebivelmente alta.

## **ENSINO MINISTRADO PELOS JESUÍTAS.**

Mas esse modo educacional se transformou com a chegada dos Portugueses efetivamente a partir de 1500. Nesse sentido o território que antes não desempenhava nenhum sistema econômico, agora passa a ser colônia exportadora de matéria-prima, necessitando de uma nova forma educacional para os filhos dos colonos. É nesse momento que temos a chegada dos jesuítas, que vieram para o Brasil com a missão de educar os filhos dos colonos e catequizar os indígenas e que por muito tempo exerceram a sua função de educador e catequizador como podemos observar na citação abaixo:

Ao analisar o primeiro plano educacional, elaborado pelo padre Manoel da Nóbrega, percebe-se a intenção de catequizar e instruir os indígenas, como determinavam os “regimentos”; percebe-se também a necessidade de incluir os filhos dos colonos, uma vez que, naquele instante, eram os jesuítas os únicos educadores de profissão que contavam com significativo apoio real da colônia. (RIBEIRO, 1979, p. 26)

Como sabemos, a atividade econômica desenvolvida na colônia era de caráter agrário. Por isso, a educação nesse momento continua sendo no campo, porém com prerrogativa europeia. Os jesuítas rompem com o modo educacional indígena apenas catequizando e não mais tendo o objetivo de instruir os indígenas, vindo a implantar os métodos utilizados na Europa. É por isso que o desenvolvendo na colônia portuguesa da América cresce por meio das práticas culturais europeias.

Nota-se que a orientação contida no “Ratio”, que era a organização e plano de estudo da companhia de Jesus publicado em 1599, concentra sua programação nos elementos da cultura europeia. Evidencia desta forma um desinteresse ou a constatação da impossibilidade de “instruir” também o índio. (I.D, 1979, p. 29)

Os jesuítas ficaram responsáveis pela educação no Brasil até a sua expulsão em 1759. Após a expulsão destes, o sistema educacional brasileiro tornou-se um caos e em especial a educação do campo. Esta mesmo após o ato adicional de 1834, onde tornava a educação do campo uma responsabilidade das províncias, permaneceu relegada a própria sorte como se observa na citação de Leite:

No final do Império, um número significativo de congregados religiosos instalou escola de ensino médio nas principais províncias, permitindo a escolarização das classes médias e inferiores no meio urbano. No que se refere ao meio rural, o processo escolar contínuo continuou desordenado, como sempre fora. (LEITE, 2002, p. 28)

Como se observa através das próprias palavras do autor, a educação do homem do campo vai continuar em segundo plano por muitos e muitos anos. Porém temos que lembrar que neste período quando falamos em educação estamos nos referindo à educação das pessoas do sexo masculino, pois para a mulher não era permitido adquirir conhecimentos intelectuais; estes só poderiam ser adquiridos pelo homem da elite. A educação feminina ficou restrita aos bons costumes, as normas de etiquetas, aos afazeres domésticos, e era a própria família (mãe, avó) a responsável pela educação feminina. Como cita Ribeiro: “*A educação feminina restringia-se as boas maneiras e prendas domésticas.*” (1979, p.29)

### **ESCOLAS RURAIS DURANTE A REPÚBLICA.**

Durante a República Velha de 1889-1930, as escolas rurais começaram a serem instaladas por muitos fazendeiros em suas propriedades. Seus objetivos não eram instruir os filhos do homem do campo, mas era exatamente o contrário, pois com escola em suas propriedades os fazendeiros teriam mais pessoas trabalhando para ele. Muitas famílias se mudavam para essas localidades na intenção de proporcionar um melhor aprendizado a seus filhos, porém o ensino ministrado nestas escolas não formava, mas doutrinavam essas pessoas a reverenciar seus patrões. Nesse sentido a escola é usada como estratégia para obtenção de lucro, pois escola na fazenda é sinônimo de fixação de mão-de-obra e asseguarção de clientelismo político. Tudo isso levaria a própria valorização da fazenda como mostra a citação seguinte:

A oligarquia agrária, por sua vez, implantava a escola no campo para servir de elemento de fixação de mão- de-obra nas fazendas. Para os latifundiários era uma grande vantagem montar uma escola nas suas terras. Isso constituía grande atrativo para os colonos que procuravam um lugar onde os filhos pudessem se instruir. O valor da fazenda com escola era maior. (SANCHES 2007, p. 36)

Com a crise da agricultura agro-exportadora e início da industrialização a partir de 1920, muitas famílias que viviam no campo se transferiram para os centros urbanos. Como sabemos, este movimento migratório ficou conhecido como êxodo rural. Este acarretou vários problemas às elites brasileiras do momento. A elite rural começou a perder sua mão-de-obra nas fazendas e conseqüentemente diminuir as produções e os lucros. Já as elites urbanas se preocuparam com essa migração desenfreada, pois esta população pobre queria emprego e a indústria não tinha condição de empregar todos neste momento. Com isso, esta população iria para as periferias das cidades. Estas pessoas sem terem trabalho, sem terem as condições mínimas para sobrevivência, a qualquer momento poderiam se rebelar e levar a cidade a um caos.

Foi nesta perspectivas que as elites, tanto urbana quanto rural, procuraram meios para que o homem do campo permanecesse no campo e com essa permanência, eles não perderiam mais mão-de-obra para as suas lavouras e não aumentaria o número de pessoas pobres sem ter do que sobreviver nas periferias das cidades. Um dos mecanismos encontrado ou defendido para solucionar esta migração do meio rural para o urbano foi a implantação de mais escolas nas zonas rurais, pois os pais teriam escolas para colocar seus filhos para estudar e ter um futuro diferente do seu, que era tão sofrido. Como podemos observa na citação abaixo:

A sociedade brasileira somente despertou para educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo. Concomitante explodia a ideologia do colonialismo que, ao defender as virtudes do campo e da vida campesina, mascarava sua preocupação maior: esvaziamento populacional das áreas rurais, enfraquecimento social e político do patriarcalismo, mas o ruralismo contou também com o apoio e alguns segmentos da elite urbana que viam na fixação do homem do campo uma maneira de evitar a explosão e problemas sociais nos centros citadinos. (LEITE, 2002, p. 28-29).

Como se observa através da citação de Leite, o objetivo das escolas do meio rural neste momento não era instruir o filho do homem do campo, pois a educação no campo ganha função de controle social, ou seja, evitar o êxodo rural, pois naquele dado momento promover a fixação do homem no campo significava evitar possíveis problemas sociais nas áreas urbanas, já que com a industrialização os ‘sonhos’ de ir para os centros urbanos

‘rodeavam a cabeça’ de muitos rurícolas. A educação do meio rural mais uma vez foi utilizada para manter o ‘status quo’ das elites tanto urbana como rural.

Apenas a ampliação do número de escolas nas áreas rurais não foi suficiente para fixação desta população no campo, já que não foi proporcionado mecanismo para que esta se fixasse na mesma. Com a morte de Getulio Vargas e a chegada a presidência de Juscelino, onde este teve como slogan político o desenvolver do Brasil 50 anos em 5, veio a surgir um novo modelo econômico baseado no desenvolvimento industrial com grande participação do capital estrangeiro. É com esta abundância de mão-de-obra nas cidades que se têm uma maior efetivação de migrantes e o êxodo rural se amplia neste momento, levando um grande número de pessoas a se transferir do campo para os centros urbanos a procura de melhores condições de vida. Mas estas vagas de trabalho necessitavam de mão-de-obra que tivesse conhecimento intelectual para manusear as máquinas. Mas a grande maioria dessas pessoas eram analfabetas e por isso não conseguiam trabalho na indústria, tendo que ir morar com a sua família nas periferias dos grandes centros urbanos. Como podemos observar nas palavras do seguinte autor:

Ora, na sociedade industrial a cultura letrada não é apenas condição de ajustamento social, mas também de sobrevivência individual. As grandes massas rurais que a partir de 1960 migraram para as cidades (...), aí permaneceram analfabetas formando o colossal contingente de marginalizados na periferia das metrópoles. (RIBEIRA, 1979, p. 146).

Observa-se que para o homem do campo não foram desenvolvidos políticas que lhe garantissem a sua permanência e de sua família na área rural. Estes buscando melhores condições de vida se transferiam para o meio urbano com a certeza de melhores dias, mas para muitos estes nunca vieram, já que a escola do campo não lhes ofereceu condições para que eles permanecessem e sobrevivessem das atividades desenvolvidas no campo, nem lhes proporcionaram uma aprendizagem que pudessem utilizar nas cidades como forma de adquirir a sua própria sobrevivência.

O governo militar em convênio com os Estados Unidos implantou alguns programas escolares no campo para melhorar as condições de vida daquela população. Entre eles teve o ‘Extensão Rural’ que se tornou no que hoje é a EMATER. Esses programas não supriram as necessidades da escola rural. Nos anos 1990 a questão do ensino do campo vem à tona com alguns seminários discutindo alternativas que poderiam

solucionar tais problemas; e também com a publicação da LDB que diz em alguns artigos como o 28 sobre o tratamento exclusivo da educação do campo. No presente, temos alguns programas que foram implantados pelo governo federal e estadual, mas que não mudou muita coisa em relação à aprendizagem e ao objetivo que se tem da escola rural.

## **ESCOLAS RURAIS E SUA DEFASAGEM**

Após esse breve histórico sobre a educação rural fica evidente o descaso do poder público com o saber do campo. Percebe-se a defasagem entre a escola urbana para a escola rural em todos os sentidos e principalmente na metodologia utilizada. Já estar arraigado na mentalidade da população brasileira que quem viver ou morrer no campo é sinônimo de atraso, ignorante, e até muitas pessoas que moram na zona rural compactuam desse mesmo pensamento preconceituoso. É por isso que muitos negam suas origens e acabam se mudando para a cidade, onde na maioria das vezes em muitas situações passam mais necessidades financeiras lá do que se estivesse morando no campo.

Em 1996 foi aprovada a lei nº 9394/96, que regulamenta a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). E esta em seu artigo de número 28 vai especificar o currículo a ser utilizado na educação do campo como podemos ver a seguir:

*Art. 28 – Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:*

*I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;*

*II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;*

*III – adequação a natureza do trabalho na zona rural*

Percebe-se que mesmo com a LDB autorizando o currículo específico para o campo, na grande maioria dos casos o currículo utilizado nas escolas da zona rural é o mesmo dos centros urbanos. O poder público responsável pelas diretrizes educacionais não desenvolveu métodos educacionais específicos para o meio rural, currículo que integrasse esses alunos a sua realidade diária, para que eles se vejam nas aulas ministradas, porém acontece o contrário, o que é ensinado são conteúdos totalmente fora da sua realidade onde o aluno não sabe em que aqueles conteúdos vão lhe ser útil. Por isso perdem o gosto pela escola e acabam deixando de freqüentar, gerando desta forma uma enorme evasão escolar no meio rural que é o caracteriza muito bem essa realidade da escola. Segundo Bof e Sampaio: “*O fraco desempenho escolar não educação básica contribuindo para o aumento do abandono e da evasão.*” (2006, p. 21)

Muitos dos responsáveis pela educação rural compactuam dos pensamentos de que o homem do campo não necessita de ter uma boa formação, pois para realizar suas atividades não necessitam ter um bom nível intelectual, já que para usar seus instrumentos de trabalho (enxadas, foices, machado, etc) não precisam de leitura. É por isso que não implantar o currículo recomendado pela LDB na educação rural é necessário, pois a realidade da educação urbana é outra bastante diferente. E este currículo urbano é preconceituoso em relação ao campo, ao homem do campo, a educação do campo, fazendo com que este aluno tenha vergonha das atividades realizadas por ele e sua família; tenha vergonha de ser do campo.

Construir uma escola no campo significa estudar para viver no campo. Ou seja, inverter a lógica de que se estuda para sair do campo, e se estudar de um jeito que permita um depoimento como esse: *foi na escola onde pela primeira vez senti vergonha de ser da roça.* A escola do campo tem que ser um lugar onde especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino. (...) Se for assim, a escola do campo será mais do que escola, por que com uma identidade própria, mas vinculada ao processo de formação bem mais amplo, que nem começam nem termina nela mesma, e que também ajudam na tarefa grandiosa de fazer a terra ser mais do que terra.” (CALDART, 2002, p. 24-25)

Após a citação acima, notamos que o currículo do campo por não ser adotado como recomenda a LDB acarreta grandes prejuízos ao aprendizado do aluno da escola rural. Este currículo como está sendo discutido não tem na sua essência o objetivo de proporcionar a

permanência do aluno no campo, pois todas as suas discussões estão voltadas para os centros urbanos, e mesmo no campo estas aulas degradam as atividades agrícolas, como também o modo de vida desenvolvido pelos habitantes destas localidades. Com isso as crianças vão tornando-se opostas a este ‘habitat’ que estão vivendo e não querem desenvolver as atividades de seus pais, já que estas são consideradas humilhantes, subalternas, sendo a própria escola com seu currículo urbano uma das responsáveis pela implantação desses conceitos do campo.

Se as recomendações sobre o currículo rural fossem seguidas com as suas devidas especificações, a escola do campo atingiria seu objetivo. Pois esta deveria ser voltada para proporcionar os alunos do meio rural uma importância das atividades agrícolas para o desenvolvimento do país como desenvolver mecanismo que pudessem ser utilizados no futuro por esses alunos para lhes proporcionar sua permanência e de sua família no campo. Que estes não se envergonhassem de ser do meio rural para que o poder público proporcionasse a infra-estrutura necessária à permanência destes nestas localidades.

Compartilhamos sem reservas o ponto de vista do Prof. F. H. Harbison quando ele escreve: em nossa época, em que todos aspiram a posições mais elevadas, e na qual as comunicações coletivas se estendem, os filhos dos agricultores não se condenarão certamente, se eles puderem evitá-lo, a passas suas vidas na agricultura tradicional. A única solução verdadeira é a modernização da vida rural. Dever-se-á, portanto, adotar medidas radicais como a reforma agrária, a pesquisa agrícola e a assistência técnica, vastos programas de desenvolvimento das comunidades rurais, utilização eficaz da mão-de-obra rural para construção de estradas, de canais de irrigação, de casas e de escolas, e outros programas visando torna a vida, o mesmo tempo mais produtiva e mais atraente. (MALASSIS, 1972, p. 105).

Pelo ano (1972) que foi publicado o livro de onde se tirou esta citação, se percebe que os anseios desta população são antigos e mesmo depois de quarenta anos ainda não foram alcançados, pois a educação rural, com poucas melhorias, continua a mesma da primeira metade do século XX, sendo sujeita a própria sorte. Como se percebe na fala do professor Abdalaziz de Moura em palestra proferida no IV Fórum Contag de Cooperação Técnica, denominado ‘Educação para o Desenvolvimento Sustentável’, realizado em Recife, em novembro de 2000:

- A escola e a educação que são proporcionadas aos alunos do meio rural não produzem os conhecimentos necessários, para que os mesmos com suas famílias possam aumentar a produção e produtividade, agregar valor aos seus produtos, melhorar as tecnologias, aumentar sua renda.
- Não valorizam os conhecimentos que os alunos já trazem da experiência de seus familiares, para interagir com conhecimento mais técnico, escolar e científico, nem levam em conta a sua realidade. O aluno entra na escola como se nada tivesse aprendido com seus pais e como se, ao longo da escolaridade, nada pudesse aprender com os pais.
- Os valores cultivados na escola estigmatizam a agricultura e o agricultor, retiram-lhe a sua auto-estima, desvalorizam sua identidade camponesa e de classe social.
- O papel que a escola exerce, por meio de seu ‘currículo oculto’, é de ensinar que, se o agricultor quiser melhorar de vida, ele tem de sair da agricultura, tem de vir morar na cidade, tem de arrumar outro emprego. A escola identifica melhorar de vida com deixar a agricultura. “Vocês precisam estudar para não ficar como os pais de vocês!”
- A identidade conhecida pela escola é a de “matuto, pé-rachado, brocoió” em oposição ao urbano, desinibido, comunicativo, sabido, esperto e com o futuro garantido. Ou, então, disfarça os preconceitos: “ela é do sítio, mas é tão bonita”, como se as meninas do sítio fossem feias e as da cidade bonitas. “É um matuto, mas é educado”, “é pobre, mas, pense num sujeito decente”, ou “é do sítio, mas não é rude”.
- A educação e a escola consideram o trabalho dos pais como pesado, amaldiçoado e que ficou para analfabetos, para quem não teve chance de progredir, para quem não teve iniciativa de sair. Em seguida, os alunos que entram para estudar começam a esquecer o que aprenderam em casa; e, na escola não aprendem outras coisas para interagir. Passam a ter vergonha de sua condição de filhos de agricultor. (Baptista, 2003, p. 17-18)

Tendo como base o que foi discutido e o depoimento do professor Moura, fica claro a contribuição da escola com a utilização do currículo urbano, sendo utilizado no meio rural, e também a grande influência exercida pelo currículo oculto, para construir valores negativos a respeito do habitat rural e das atividades desenvolvidas neste. Induzindo o aluno a desvalorizar e a se envergonhar das suas origens e não querer exercer as atividades agrícolas por ser para muitas pessoas atividades pejorativas, de pessoas analfabetas, e que para o aluno o melhor é ir para a cidade, muitas dessas pessoas não são preparadas para exercer funções na cidade, tendo que em muitos dos casos irem trabalhar em atividades que se utiliza grande esforço físico.

## **INFRA-ESTRUTURA DAS ESCOLAS RURAIS.**

Quando falamos em escola rural, esse número não é pequeno. Segundo o senso escolar de 2002, o número de estabelecimentos chega ao número de 107.432, ou seja, 50%

das escolas do país. É um número expressivo de escolas para serem marginalizadas como são. A defasagem da escola rural para a escola urbana é enorme em todos os sentidos, desde a infra-estrutura, número de alunos, transporte escolar, aprendizagem, formação profissional dos docentes e a utilização de turmas multisseriadas.

A infra-estrutura da grande maioria das escolas públicas é de péssima qualidade, porém quando se trata da escola rural, são lastimáveis, pois os próprios dados nos confirmam esta informação, mas estes não são necessários, porque é preciso apenas que você conheça algumas das escolas localizadas no campo. Esta vai desde a unidade escolar deteriorada, a casebres de ‘pau-a-pique’, servindo como escola. Para dificultar esta situação é ‘normal’ na escola do campo, em especial no Nordeste, a utilização de turmas multisseriadas. Estas funcionam da seguinte forma: junta em uma sala de aula alunos de várias séries em um mesmo horário com um único professor. Por exemplo: alunos da primeira, da segunda, e terceira série, o professor tem que preparar aulas para estas três turmas e ministrar simultaneamente o conteúdo. Com isso ocorre uma certa dificuldade o trabalho do docente como a aprendizagem dos alunos, que já não observam contribuição deste ensino na sua vida.

Quanto ao tipo de organização dessas escolas, o senso escolar de 2002 mostrou que 64% daquelas que oferecem o ensino fundamental de 1° a 4° série são formadas, exclusivamente, por turmas multisseriadas ou unidocentes. Essas escolas atendem 1.751.201 alunos, resultando em turma com, aproximadamente 27 alunos. Essas turmas têm um único professor que ministra o conteúdo relativo para às quatro séries iniciais do ensino fundamental. ( BOF e SAMPAIO, 2006, p. 28).

## **TRANSPORTE ESCOLAR**

Como a citação acima registra, o número de alunos das escolas rurais é menor que o da escola urbana, e isso se dar por que a densidade demográfica da zona rural é menor que a da cidade. Por essa densidade ser pequena é que se faz necessário utilizar-se das turmas multisseriadas, pois o número de alunos por cada série em algumas vezes são muito pequeno. Outro problema é à distância da residência de alguns alunos para a escola, fazendo com que estes caminhem horas até chegar a ela. O transporte escolar beneficia um número pequeno de alunos que moram no campo e estudam no campo, porém beneficia boa parte dos alunos do campo que estudam na cidade. A grande maioria das crianças das primeiras séries do fundamental I não é beneficiada pelo transporte escolar e podemos ter

como exemplo as escolas rurais do município em que resido, Tenório, como outros municípios vizinhos como Juazeirinho, Junco do Seridó, Equador e tantos outros.

O senso escolar de 2002 incorporou o levantamento de dados relativos ao transporte escolar público estadual e municipal. Foi apurado o atendimento para 3.557.765 alunos do ensino fundamental e do ensino médio residentes na zona rural. Desse total, 67% são transportado para escolas localizadas na zona urbanas e apenas 33% para escolas rurais. (I.D. 2006, p. 43)

Porém este transporte escolar é tão precário quanto à escola rural. É inadmissível que em pleno século XXI alunos sejam transportados em ‘pau-de-arara’ como se transporta animais, sem o menor conforto e segurança possível. Os prefeitos se utilizam desses transportes para angariar votos, transformando o transporte escolar em curral eleitoral. Observamos que as escolas rurais como os alunos do campo continuam a servir de massa para perpetuar as elites no poder. Recentemente o governo federal implantou um programa para melhorar o transporte escolar dos alunos da zona rural, denominado de ‘Caminho da Escola’. O governo Federal disponibilizou recursos para as prefeituras comprarem ônibus e barcos aonde o transporte não pode ser feito por terra. Estes ônibus foram adquiridos, mas muitos prefeitos não o colocaram para transportar os alunos do campo, pois estes iriam substituir os ‘pau-de-arara’ e conseqüentemente eles perderiam votos. Muitos desses ônibus estão tendo outras utilidades e estão servindo para transportar os universitários para os centros acadêmicos em outros municípios. Como podem ser verificado na foto abaixo:



FONTE: Arquivo pessoal de Ezequiel Cavalcanti.

Algumas pesquisas afirmam a defasagem de conhecimento que se encontra entre o aluno urbano para o rural e essa está presente em algumas disciplinas básicas como Português e Matemática. O responsável por esta defasagem é o sistema educacional brasileiro que abandonou a escola do campo em todos os sentidos, como já foi citado, não proporcionando a estes indivíduos uma educação voltada para o campo nem lhe deu conhecimento suficiente para viver bem nos centros urbanos. Outro fator que contribui para essa defasagem é a formação dos docentes que trabalham nas escolas rurais. Até recentemente boa parte desses professores não tinham curso superior e muitos eram apenas alfabetizados ou semi-alfabetizados.

Tendo como base os dados do SAEB sobre desempenho escolar, reforça-se a desigualdade entre a educação do campo e da cidade. A proficiência média dos alunos da 4<sup>o</sup> e 8<sup>o</sup> série do ensino fundamental nas disciplinas de língua portuguesa e matemática é inferior ao da área urbana em torno de 20%. (...) o nível de escolaridade dos professores revela, mais uma vez, a condição de carência da zona rural. No ensino fundamental de 1<sup>o</sup> a 4<sup>o</sup> série, apenas 9% apresenta formação superior, enquanto que na zona urbana esse contingente representa 38% dos docentes. O percentual de docentes com formação inferior ao ensino médio corresponde a 8,3% na zona rural, indicando a existência de 18.035 professores sem habilitação mínima para desenvolver suas atividades. Isso sem considerar aqueles que, apesar de terem formação em nível médio, não são portadores de diploma de ensino médio formal. (I.D. 2006, p. 22-35)

Ainda encontra-se no presente escolas rurais aonde a água disponível para o consumo dos alunos se encontra em panelas de barro sem o mínimo de higiene, como foi apresentado em reportagem pelo 'Jornal Nacional' da Rede Globo de Televisão no final do ano de 2010. O número de escolas que não disponibilizam água encanada e energia elétrica no meio rural são altíssimos. Esses são itens essenciais para o funcionamento de qualquer atividade educacional, que sem esse dificulta em muito o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Além desses itens básicos, se têm uma grande defasagem quando comparamos aos chamados insumos pedagógicos, que são: bibliotecas, computadores e acesso à Internet, livro paradidático, etc. Sem esses materiais muitas escolas não tem como proporcionar um bom conhecimento para os seus alunos, fazendo com que esta defasagem que não é pequena, continue aumentando. Pois quando se trata de turmas multiesseriadas, as condições de ensino são piores.

Em termos de insumos, as diferenças entre as diversas modalidades de educação rural são gritantes. Não só alguns alunos rurais estão em situação muito pior que os alunos urbanos como também existem diferenças gritantes entre diferentes modalidades de educação rural. (...) escolas rurais sem turmas multisseriadas estão em situação um pouco melhor, mas não muito. A grande maioria de seus alunos tem acesso a eletricidade e 17% têm acesso a biblioteca, mas computadores ou a internet continuam quase que completamente desconhecidas nessas escolas. (I.D. 2006, p. 57).

O Ministério da Educação disponibilizou computadores para a grande maioria das escolas rurais, porém estas não disponibilizam de salas adequadas para instalarem essas máquinas, ficando essas no mesmo compartimento que se ministra as aulas, porque poucas dessas escolas têm acesso à Internet. O grande problema é a não qualificação dos professores, pois muitas das escolas do campo têm disponíveis os computadores, mas esses não são usados, porque os professores não sabem manejá-lo. Não tiveram a formação para trabalharem com este material pedagógico e conseqüentemente os alunos também não o usam, ficando esses computadores sem serem utilizados, sem serventia, porque os professores não têm o devido conhecimento para utilizar os computadores. Como podemos ver na foto abaixo:



FONTE: Arquivo pessoal de Ezequiel Cavalcanti

Outro problema da educação dos rurícolas são os professores, já que a grande maioria destes tem como lugar social a cidade, onde eles se formaram, e onde muitos moram e tem o campo apenas como um lugar de trabalho. Esses professores em suas aulas conceituam seu lugar social como sendo o bom, onde o cidadão poderá ter uma vida digna e ao mesmo tempo em que descaracterizam o campo e as pessoas que nele moram, os estigmatizando como lugar de péssima qualidade para sobreviver, estigmatizando as atividades econômicas desenvolvidas no campo como imprópria para os cidadãos de bem, e com isso constrói todo um discurso de valorização da cidade, onde as crianças acabam por ser moldadas com esse discurso e compactuar com o pensamento de muitos professores, mostrando que o ruim é o campo e que para terem uma vida melhor tem que sair do campo e ir para a cidade. Este é o pensamento ainda reinante de muitos jovens e

adultos que ainda moram no campo como também é o posicionamento de muitos educadores que ensinam nas zonas rurais por esse Brasil adentro.

Em muitas cidades a escola rural está prestes a desaparecer, pois muitas prefeituras estão desativando estas escolas rurais e levando estes alunos que antes estudavam nestas, para os centros urbanos, o que algumas pessoas denominam de nuclearmento. Se a educação oferecida aos rurícolas que estudavam no campo já era preconceituosa em relação ao meio rural, imaginemos estas desenvolvidas nos centros urbanos, onde os paradigmas atribuem a estes seres humanos que moram ou trabalham no campo. Se as crianças quando estudavam no campo já eram incentivadas através do currículo oculto abandonar a localidade em detrimento da cidade, nas escolas urbanas elas vão ser dogmatizadas. Se o número de alunos em algumas escolas do meio rural é insuficiente para o seu funcionamento, por que as prefeituras não fazem este ‘nucleamento’ em uma escola do campo e nelas desenvolvam atividades onde o aluno se perceba como contribuinte para o desenvolvimento, daquela instituição educacional e também daquela comunidade onde ele está inserido, como se observa na escola rural de Jaguaquara, na região do Jequié, no estado da Bahia. Podemos observar o currículo desenvolvido nesta escola através do documentário ‘Paulo Freire Contemporâneo’, exibido pela TV escola no dia 20 de agosto de 2011.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve histórico sobre a educação que apresentamos neste trabalho vai nos mostrar como esta por muito tempo serviu e serve para controlar a população. Com relação à educação rural, esta sempre foi relegada a própria sorte, ao acaso, sem nunca os responsáveis terem elaborado um projeto pedagógico específico para esta, mesmo quando a LDB recomenda que se respeite e se adéque as especificidades do campo, pois os responsáveis pela educação rural não cumprem essas recomendações e se utilizam dos mesmos currículos desenvolvidos para escolas dos centros urbanos para com isso não conseguir oferecer um bom ensino para as pessoas do campo.

No presente trabalho se observa que mesmo com algumas melhorias para a educação rural devido à força dos movimentos sociais, como os sem-terra, as comunidades quilombolas e tantas outras entidades que lutam por melhoria no campo e conseqüentemente para a educação desta localidade. Essa ainda está muito aquém do desejado.

Porém espero que mais pessoas se dediquem a esta temática e consigam ‘abrir os olhos’ das autoridades competentes para a importância dessa população e da continuidade destes no meio rural. Mas como já foi discutido, se o setor público não oferecer meio para que essas pessoas vivam no campo com dignidade, elas com toda certeza irão procurar melhorias nos grandes centros urbanos, fazendo com que estes se tornem mais caóticos do que são.

**ABSTRACT**

In this paper, we give a brief historical survey of rural education in Brazil, since the period Pindorama, where education was taught in the field and to the field until the present day, where it is undergoing a new approach in the educational perspective. In addition we will discuss the role of education in the countryside, from the empire, through the period we call the first republic, and reaching the present day with the democratization of the 1980s. We will discuss how the field and rural school are marginalized related to the urban centers, and what the school's contribution to this marginalization. We will also discuss what mechanisms the Brazilian Educational System developed or is developing for the man of the field seek in their space or local, living with comfort and dignity. Our research will not be focused not only the educational system, but also governments, what infrastructure they have provided over time to the field, so that rural people could stay on the field without the need to look for a better life in the city. Finally, we discuss the difference, the discrepancy between the school field for the urban school, from the physical structures of educational units, through the formation of the faculty of performance in basic Mathematics and Portuguese, as well as other subjects. According our studies we noticed in the recent decades that governments have implemented or authorized some programs that facilitate student learning of the field, but many of these programs are not being used or by a lack of qualification of teachers or political interests, thus once again the student of the field and harmed in the process of teaching and learning.

**KEY-WORDS:** Education; Field, Rural People

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro, 2003 –

**Educação rural: das experiências à política pública**/Francisca Maria Carneiro Baptista, Brasília : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2003.

BOF; Alvana Maria, **Educação no Brasil rural**, Carlos Eduardo moreno Sampaio, (ET.al.). – Brasília: instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2006.

**Brasil. Congresso Nacional. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96**

KOLLING; Edgar Jorge, CERIOLI; Paulo Ricardo, CALDERT; Roseli Salet. (organizadores). Brasília, DF: **Articulação nacional por uma educação do campo**, 2002. Coleção por uma educação no campo, n° 4.

LEITE, Sérgio Celani; **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**/ Sérgio Celani Leite. \_2º Ed.—São Paulo, Cortez, 2002. ---( coleção questões da nossa época; v. 70)

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. GARCÍA, María Franco. **A luta pela terra e pela educação no assentamento do MST Zumbi dos Palmares e no acampamento pequena Vanessa, Mari, Paraíba. Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1,30/junho/2009.

Disponível em<<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/11mara.pdf>>.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História de educação brasileira: a organização escolar /** 2º Ed. – São Paulo: Cortez e Moraes, 2º Ed. Ver, 1979.

SANCHEZ, M. Sebastián. **História da Educação no Brasil**. Campina Grande: ,2007

SZMRECSANYI, Tomás, 1936, comp. **Vida rural e mudanças sociais: leituras básicas de sociologia rural / por / Tomás Szmrecsanyi e Oriowaldo queda**, organizadores. São Paulo, editora nacional, 1972.